



ORIENTAÇÃO DPO

Informação relativa ao tratamento de dados pessoais em *websites*, ou “Política de privacidade”

1. Introdução

As “Políticas de privacidade” dos *websites* devem cumprir o requisito de informar os visitantes desses *websites* relativamente aos tratamentos de dados pessoais que decorram do acesso e utilização do *website*, em conformidade com o princípio da “Transparência” e o “direito à informação pelo tratamento de dados pessoais”, do regime de proteção de dados pessoais da União Europeia.

Os requisitos dessa informação são elencados nos artigos 12.º a 14.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

A designação “Política de privacidade” não será a mais adequada, já que na Europa esta matéria é designada por “Proteção de dados”. “Política de proteção de dados”, ou “Política de tratamento de dados pessoais” seriam designações mais adequadas, mas a bem da utilização da linguagem mais comum esta orientação utilizará a designação “Política de privacidade”.

2. Conteúdos de uma Política de privacidade

2.1. Âmbito e objeto

A política deve começar por estabelecer qual o assunto, ou objeto, e o âmbito a que se aplica.

O objeto ou assunto será a prestação de informações sobre a recolha de dados relativos ao utilizador.

O âmbito deverá ser o *website*, embora possa passar a ser um conjunto de *websites* e outros recursos relacionados.

Algumas entidades apresentam na política de privacidade do seu *website*, a política para todos os tratamentos de dados pessoais por si efetuados, ou seja, a política geral de tratamento de dados pessoais. Embora esta informação também seja útil, não deverá substituir as informações específicas relativas ao acesso e utilização do *website*.

As duas informações, a política geral de tratamento de dados pessoais e a política de privacidade do *website* deverão ser apresentadas de forma separada.

2.2. Informações sobre os tratamentos de dados pessoais realizados

A informação a apresentar sobre o tratamento de dados pessoais deve ser concreta, específica de cada tratamento de dados pessoais efetuado, é por isso necessário identificar todos os tratamentos de dados pessoais realizados.

Sem prejuízo de outras possibilidades, os tratamentos de dados pessoais mais comuns em portais institucionais são:

- Recolha e análise de dados de utilização do portal;
- Recolha de dados em formulários, como formulários de contacto, formulários de inscrição, etc.

Não obstante a informação sobre os tratamentos dever ser específica, há informação que é comum, pelo que basta que se apresente uma vez. A seguir apresenta-se uma organização comum das informações específicas e das informações gerais. Esta organização não é absoluta devendo ser adaptada para que reflita a realidade.

2.2.1. Informações específicas

Para cada tratamento de dados pessoais identificado, deverá apresentar-se a informação que lhe é específica, nomeadamente:

- Finalidades do tratamento;
- Categorias de dados pessoais recolhidas;
- Origem dos dados, quando os dados não são explicitamente fornecidos pelo utilizador;
- Destinatários dos dados;
- Prazo de conservação dos dados;

- Licitude ¹.

2.2.2. Informações gerais

Para o conjunto dos tratamentos deverá apresentar-se a seguinte informação:

- Identificação e contacto do(s) responsável(eis) pelo tratamento;
- Contacto do Encarregado da Proteção de Dados: protecaodados@uminho.pt
- Direitos dos titulares:
 - Direito de acesso, direito de retificação e o direito de portabilidade dos dados.
 - Direito ao apagamento, nos termos do artigo 17.º do RGPD.
 - Direito à limitação do tratamento, nos termos do artigo 18.º do RGPD.
 - Direito a retirar o consentimento quando o tratamento dependa de consentimento;
- Procedimento para exercício de direitos pelo titular;

2.2.3. Informações prestadas junto ao ato da recolha

A prestação de informação sobre o tratamento de dados pessoais através da política de privacidade não substitui a necessidade de prestar informações no ato da recolha, junto aos respetivos formulários.

3. Considerações suplementares sobre a conformidade dos tratamentos

3.1. Licitude dos tratamentos

Para que o tratamento de dados pessoais seja lícito, além de outros requisitos presentes no RGPD, o tratamento deverá ser enquadrado numa das seis situações de licitude do artigo 6.º do RGPD ².

3.1.1. Licitude para os dados entregues pelos utilizadores

A recolha de dados através de formulários normalmente enquadrar-se-á na execução de um contrato no qual o titular é parte, como seja quando o titular solicite um serviço ou se inscreva numa atividade. Poder-se-á enquadrar no consentimento, quando o titular seja chamado a decidir quanto à utilização dos seus dados para outras finalidades que lhe sejam propostas pelo responsável do portal.

3.1.2. Licitude para dados recolhidos sem intervenção dos utilizadores

A recolha de dados pessoais para análises relativas à utilização de um portal é tecnicamente possível sem a intervenção do utilizador e até sem que tenha consciência dela. Contudo, do ponto de vista legal, a escrita ou leitura de informações no dispositivo do utilizador carece do seu consentimento mediante a prestação de informações claras e precisas acerca das finalidades desse procedimento ³. A leitura e escrita de *cookies* são a técnica mais comum de leitura e escrita de informações no dispositivo do utilizador, mas o requisito de consentimento aplica-se a qualquer técnica que leia ou escreva informações no dispositivo do utilizador.

Não deverão restar dúvidas de que os dados recolhidos para monitorização da utilização de um portal são dados pessoais se esses dados permitirem distinguir os diferentes utilizadores do portal. Se for possível determinar que dois utilizadores são diferentes, então os dados que o possibilitam são dados pessoais, não é necessário conhecer a sua identidade para que sejam dados pessoais.

A escrita ou leitura de dados pessoais do dispositivo do utilizador só não exige consentimento do utilizador para finalidades técnicas estritamente necessárias à prestação do serviço e que dependem em absoluto desses dados. Esta exceção aplica-se à finalidade e não aos dados, pelo que a utilização desses mesmos dados para outras finalidades exigirá o consentimento.

3.1.3. Requisitos para um consentimento válido

O consentimento só será válido se for informado, livre, específico e inequívoco.

Não será válido um consentimento que possa ser dado de forma inadvertida pelo utilizador.

Não será válido um consentimento que não seja leal e transparente.

¹ <https://www.uminho.pt/PT/uminho/protecao-de-dados/Paginas/Licidade-do-tratamento.aspx>

² <https://www.uminho.pt/PT/uminho/protecao-de-dados/Paginas/Licidade-do-tratamento.aspx>

³ Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, Artigo 5.º- Armazenamento e acesso à informação

Não será válido um consentimento que seja vago ou ambíguo.

O utilizador do portal deverá dispor de forma de retirar os consentimentos dados que seja tão acessível quanto foi conceder os consentimentos.

3.2. Utilização de serviços de terceiros

Ao recorrer aos serviços de terceiros para disponibilizar um portal ou certas funcionalidades de um portal, o seu responsável deverá garantir que esse terceiro dá garantias suficientes de cumprir com o regime de proteção de dados, designadamente quanto à clareza das finalidades para que trata os dados pessoais. À partida o prestador de serviços deverá limitar-se a tratar os dados pessoais de acordo com as finalidades estabelecidas pelo responsável pelo portal, constituindo-se “subcontratante” nos termos do RGPD. Se o prestador de serviço determinar finalidades próprias para os dados pessoais, será, para essas finalidades, “responsável”, nos termos do RGPD. Neste caso, o responsável pelo portal deverá garantir que os utilizadores recebem informações suficientes sobre essas finalidades, sobre os seus direitos e sobre o seu responsável.

Em qualquer caso, os termos da utilização dos dados pessoais pelo prestador de serviços deverão estar formalizados em contrato entre esse prestador e o responsável pelo portal, para garantir uma clara compreensão das responsabilidades de cada parte e para estabelecer as bases legais para o tratamento de dados. Nessa medida, não é adequado recorrer a serviços de utilização livre, sem contrato, para efetuar os tratamentos de dados pessoais. Em particular, não se recomenda a utilização de serviços de monitorização e análise de utilização de *websites* por prestadores de serviços cujos termos possam deixar dúvidas quanto à sua utilização de dados pessoais. Esta não recomendação é especialmente veemente para agentes económicos cujo modelo de negócio se baseie na venda de publicidade ou comercialização de dados pessoais, cujos termos de serviço sejam de difícil análise.

3.3. Transferência de dados pessoais para países externos à União Europeia

A transferência de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais deve, em todas as circunstâncias, assegurar que as pessoas a quem os dados respeitam beneficiam de um nível de proteção substancialmente equivalente ao garantido pelo regime de proteção de dados da União Europeia.

Não sendo possível abordar este assunto de forma breve, remete-se para a página de Proteção de dados da UMinho, para mais informações:

<https://www.uminho.pt/PT/uminho/ptecao-de-dados/Paginas/transferencias-para-paises-terceiros.aspx>

4. Exemplo de Política de Privacidade

Política de Privacidade do Portal [nome do portal]

1. Âmbito e Objeto

Esta política de privacidade tem como objetivo informar os utilizadores do portal [nome do portal] sobre o tratamento dos seus dados pessoais decorrentes do acesso e utilização do mesmo, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

2. Tratamentos de dados pessoais realizados

2.1. Formulário de inscrição na atividade [nome da atividade]

Finalidades do tratamento: Os dados fornecidos são utilizados exclusivamente para gerir a inscrição na atividade.

Categorias de dados pessoais recolhidas: Nome, endereço de email, número de telefone.

Origem dos dados: Os dados são fornecidos explicitamente pelo utilizador durante o processo de inscrição.

Destinatários dos dados: Universidade do Minho, Unidade e Subunidade.

Prazo de conservação dos dados: Até seis meses após a realização da atividade.

Licitude: Tratamento necessário à execução de contrato, rgpd-6.1.b)

2.2. Monitorização da utilização do portal

Finalidades do tratamento: Análise da utilização do portal e melhoria da experiência do utilizador.

Categorias de dados pessoais recolhidas: Dados de utilização, como páginas visitadas, tempo de permanência no portal.

Origem dos dados: Os dados são obtidos durante a interação do utilizador com o portal.

Destinatários dos dados: Universidade do Minho, Unidade e Subunidade e [fornecedor do serviço de análise] enquanto Subcontratante.

Prazo de conservação dos dados: 1 ano

Licitude: Consentimento do titular dos dados, rgpd-6.1.a)

2.3. ...

3. Direitos dos titulares

Os titulares dos dados têm direito de acesso, retificação, portabilidade, apagamento e limitação do tratamento, conforme previsto no RGPD. Nos casos em que tenham dado o seu consentimento ao tratamento de dados pessoais, têm direito a retirar o consentimento sem apresentar justificação.

Os titulares podem exercer os seus direitos entrando em contacto com o responsável pelo tratamento, pelos contactos que se apresentam em 4.

Os titulares de dados pessoais têm direito a apresentar reclamação a Autoridade de Controlo, CNPD, quando considerem que o tratamento dos dados pessoais que lhes digam respeito viola o regime de proteção de dados pessoais.

4. Responsáveis pelo tratamento

Universidade do Minho, [Unidade], [Subunidade]

Morada

Telefone

Email

5. Encarregado da proteção de dados

A Universidade do Minho dispõe de Encarregado da proteção de dados que auxiliará os titulares dos dados no exercício dos seus direitos nos casos em que isso se mostre necessário ou conveniente.

Contacto do Encarregado da proteção de dados da Universidade do Minho:

protecaodados@uminho.pt

6. Informações gerais relativas ao tratamento de dados pessoais pela Universidade do Minho

Na página da Proteção de dados da Universidade do Minho poderá encontrar informações gerais sobre o tratamento de dados pessoais pela Universidade do Minho.

<https://www.uminho.pt/protecaodados>

7. Aprovação e entrada em vigor

Esta política foi aprovada por [órgão que a aprovou] em [data], entrando imediatamente em vigor.